Revista Didática Sistêmica
ISSN 1809-3108

"EU NÃO SOU DO LUGAR DOS/AS ESQUECIDOS/AS": O ACESSO À PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO CEARÁ PELO PROEF

Samara Moura Barreto[1]
Luciana Venâncio[2]
Luiz Sanches Neto[3]

RESUMO
O presente artigo tem por objetivo historicizar o acesso à pós-graduação em Educação Física no Ceará pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF) como política de formação de professores/as da educação básica, marcando o compromisso com o desenvolvimento local, regional e nacional em contexto de reparação histórica territorial no campo da produção do conhecimento na área. Conclui-se argumentando as assunções necessárias para a continuidade do avanço e para o efetivo reconhecimento e institucionalização do programa na perspectiva da justiça social no estado.

Palavras-chave: mestrado profissional; formação continuada; professores(as)-pesquisadores(as); educação física escolar.

"I AM NOT FROM THE FORGOTTEN'S PLACE": ACCESSING PHYSICAL EDUCATION POSTGRADUATE STUDIES IN CEARÁ THROUGH PROEF

ABSTRACT
This article aims to historicize the access to postgraduate studies in physical education in Ceará through the Professional Master's Program in Physical Education on a National Network (ProEF) as a teacher education policy for basic education teachers, highlighting the commitment to local, regional and national development in the context of territorial historical repair regarding knowledge production in the area. It concludes by discussing the necessary assumptions for both the advancement and effective

[1] Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora do Instituto Federal do Ceará e do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF UFC). Coordenadora de Formação e Práticas Educativas do Departamento de Educação Física (DEFE/IFCE). E-mail: samara.abreu@ifce.edu.br
[2] Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora do Instituto de Educação Física e Esportes (IEFEs), do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF-UFC), e do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Natal (PPGEF). Coordenadora de área do PIBID Educação Física (UFC). E-mail: luvenancio@ufc.br
[3] Doutor em Pedagogia da Motricidade Humana pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Coordenador do Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF) no Instituto de Educação Física e Esportes da Universidade Federal do Ceará (IEFEs-UFC). Professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEF-UFRN). Coordenador de países distantes do Norte Global da International Study Association on Teachers and Teaching (ISATT Outreach Coordinator). E-mail: luizsanchesneto@ufc.br

institutionalization of the program from the perspective of social justice in Ceará state.

Keywords: professional Master's degree; continuing teacher education; teacher-researchers; school physical education.

"NO SOY DEL LUGAR DE LOS/AS OLVIDADOS/AS": ACCESO A ESTUDIOS DE POSGRADO EN EDUCACIÓN FÍSICA EN CEARÁ A TRAVÉS DEL PROEF

RESUMEN
Este artículo tiene como objetivo historizar el acceso a los estudios de posgrado en educación física en Ceará a través del Programa de Maestría Profesional en Educación Física en Red Nacional (ProEF) como política de formación de docentes de la educación básica, marcando el compromiso con el desarrollo local, regional y nacional en el contexto de reparación histórica territorial en el ámbito de la producción de conocimiento en el área. Concluye argumentando los supuestos necesarios para el avance e institucionalización efectiva del programa desde la perspectiva de la justicia social en el estado de Ceará.

Palabras clave: maestría profesional; formación continua; docentes-investigadores; educación física escolar.

"EU NÃO SOU DO LUGAR DOS/AS ESQUECIDOS/AS"! NA ESTEIRA DO TEMPO, O ESCAMOTEAMENTO DA EDUCAÇÃO E DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CEARÁ.

"Eu não sou do lugar dos esquecidos/as! Você sabe bem: Conheço o meu lugar".[4] Tomamos os excertos de músicas do Belchior (demarcadas nos títulos) para conferir a esta escrita um ato de inscrição política frente aos diferentes modos de apagamento, negacionismo e xenofobia ao povo cearense, que esteve na esteira do tempo na marginalização das políticas públicas, escamoteado no centro da história da educação e da Educação Física (EF) no Brasil.

Nesta última, o destaque à Pós-Graduação (PPG), objeto do nosso estudo, em que situamos o Programa de Mestrado Profissional em EF em Rede Nacional (ProEF) como um contraponto (ProEF, 2023), com o objetivo de historicizar o acesso à PPG em EF no Ceará pelo ProEF como política de formação continuada de professores/as da educação básica, marcando o compromisso com o desenvolvimento local, regional e nacional em contexto de reparação histórica territorial e percepção das suas particularidades as quais podemos situar a escravização e a "libertação" antecipada (data magna) sob o viés econômico, além das assunções das questões indígenas.

Caminhamos por uma disposição cartográfica como uma postura metodológica, referindo que nossos corpos cartógrafos movimentam-se sobre uma "inteligibilidade da paisagem e seus acidentes, suas mutações: ela acompanha os movimentos invisíveis e

[4] Excerto da música Conheço o meu lugar, do compositor Belchior, lançada em 1978.

imprevisíveis da terra aqui, movimentos do desejo, que vão transfigurando, imperceptivelmente, na paisagem vigente" (Rolnik, 2014, p. 62).

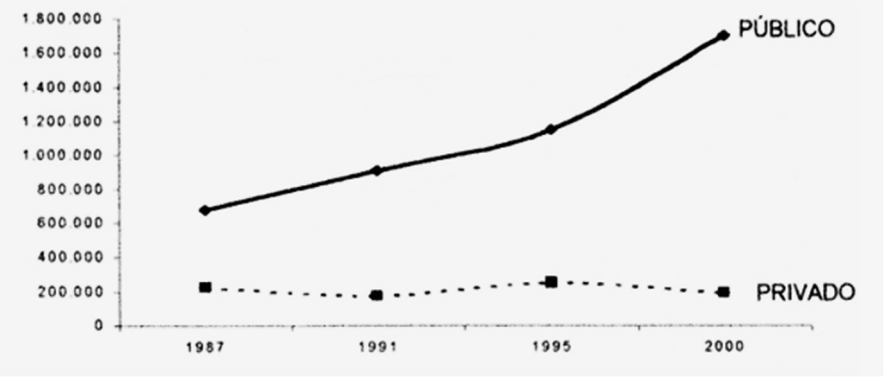
O estado do Ceará tem a maior extensão territorial no semiárido brasileiro cuja característica socioambiental favoreceu a ocupação baseada em culturas de subsistência, a saber: a pecuária, o extrativismo, a agricultura e a indústria periférica. Desse modo, as condições climáticas associaram-se a um modelo social com ramificações políticas e econômicas fundadas na exploração do mundo do trabalho (Bodião, 2016; Naspolini 2001).

Cabe mencionar também que nesse percurso histórico, o Ceará sofreu impactos das diferentes crises e recessões econômicas vividas pelo Brasil, sendo um dos estados com menor renda per capita do país (Vieira, Plank e Vidal, 2019).

Em contexto do processo de redemocratização do país, em 1985, o estado inicia um movimento político-econômico que veio a chamar-se *mudancismo*, na contramão ao *coronelismo* (1968-1986). "O mudancismo tem sido marcado por uma série de reformas de estado (Administrativa e Fiscal, 1986-1990; Saúde, 1986-1990; Infra-estrutura e Privatizações, 1991-1999 e Educacional, 1995-2000) (Naspolini, 2001, p. 169)". Esse movimento de promover "mudanças" situa o governo de Ciro Gomes (1991-1994), que sucedeu a Tasso Jereissati. Ambos mantiveram a ordem dos princípios das políticas públicas neoliberais defendidas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (Leitão, 2005; Diógenes; Silva, 2020).

Diferentemente dos índices educacionais crescentes no que tange a política de educação pautada na Gestão por Resultados (GPR) "fortalecida pela inflexão em curso no país e no estado, em especial, da política de avaliação de larga escala, que se associa em maior ou menor grau, a políticas de *accountability*" conforme caracterizam Vieira, Plank e Vidal (2019, p. 11), por muito tempo (1987-2000), o acesso à escola foi privilégio de poucos (figura 1).

Figura 1 – Matrícula no Ensino Fundamental no Ceará (1987/2000)



Fonte: Naspolini (2001).

A escola pública de melhor qualidade (rara) exigia uma seleção por meio de prova para ingresso ou um cartão de apresentação de alguém influente, ou seja, padrinhos políticos. A oferta de escola pública concentrava-se nas áreas urbanas dos polos regionais, ainda que a população rural preponderava sobre a urbana (Naspolini, 2001).

No que tange ao acesso às práticas corporais, Rocha (2011) apresenta uma reconstrução dos passos iniciais da então ginástica em algumas instituições educacionais de Fortaleza, até chegar à denominação de EF, explicitando como se deu os embates entre os agentes – acrobatas, os militares e as normalistas, que protagonizaram o movimento de naturalização e objetivação da prática desta disciplina na escola, evidenciando assim a existência de práticas corporais nas escolas, entre 1860 e 1930 na capital.

De modo complementar, no tocante à identificação da prática da EF como disciplina no processo da (re)constituição histórica no interior do Ceará, estudo de Lima (2019) realizado no município de Icó, aponta para as implicações da Lei Orgânica do Ensino Normal de 2 de janeiro de 1946 (Decreto-Lei nº 8.530), a LDB nº 4.024 de 20 de dezembro 1961, a LDB nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, e o Decreto Federal nº 69.450 de 1 de novembro de 1971, referendando a diversidade de atividades recreativas, ginástica francês, exercícios calistênicos, marchas, dança, carimbada e esportes.

No que tange a trajetória da formação de professores/as de EF até o ano de 1973, as pessoas residentes no Ceará só tinham duas opções para habilitação de ensino nesta área: "a primeira, através de iniciativas do governo federal participando do exame de suficiência, com base na portaria ministerial nº 21125 de 1965, e ou realizando os cursos da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES); e a segunda opção se inserir em um curso de graduação em nível superior em uma instituição de ensino em outra região do país" (Souza, 2022, p. 70).

Tal mudança ocorre com a criação do curso de graduação em EF da Universidade de Fortaleza (Unifor), no ano de 1973 e, em seguida junto aos demais cursos nas IES públicas do estado (quadro 1) (Souza, 2022).

Quadro 1 – IES Públicas que ofertam o curso de graduação em EF no Ceará

Instituição de Ensino	Município	Início do curso	Autorização
UVA	Sobral	11 de setembro de 1986	Decreto 93.249
UFC	Fortaleza	01 de janeiro de 1993	Portaria 921
UECE	Fortaleza	13 de agosto de 2001	Resolução 2269
URCA	Crato	02 de setembro de 2003	Provimento 016/2003
	Iguatu	------	Resolução 041/2014
IFCE	Juazeiro do Norte	01 de agosto de 2005	Resolução 004
	Canindé	02 de Março de 2010	Resolução 015/2010
	Limoeiro do Norte	12 de abril de 2011	Resolução Consup 014

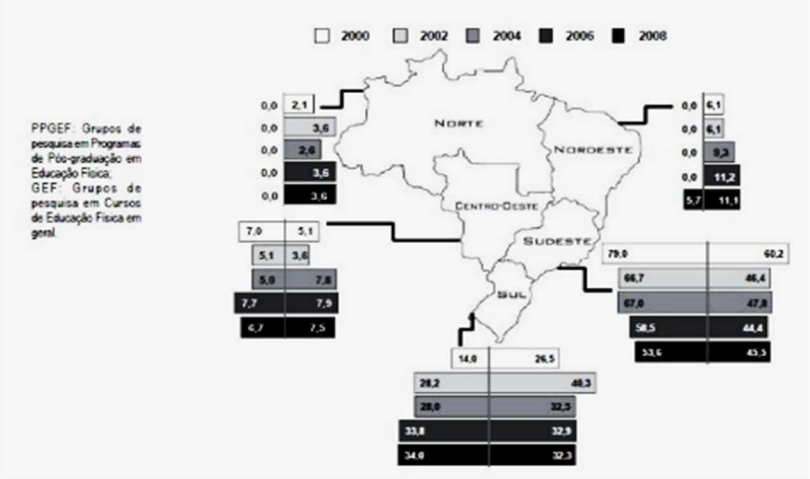
Fonte: Adaptado de Souza (2022).

E quanto a Pós-graduação? Ficamos mais ainda na esteira do tempo se pensarmos na área de EF. Conforme reporta Abreu (2015) sobre a história da PPG em EF no Brasil, o primeiro curso de mestrado ocorreu no final da década de 1970 na região sudeste proposto pela Universidade de São Paulo (USP), e logo em seguida na década de 1980 na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com expansão no período para região sul na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/RS).

No Nordeste, o surgimento do Programa Associado de PPPG em EF é datado de 2008, oferecido pela Escola Superior de EF (ESEF) da Universidade de Pernambuco e pelo Departamento de EF da Universidade Federal da Paraíba sendo o primeiro Curso de Mestrado a ser implantado na região Nordeste do país e, posteriormente, o primeiro curso de doutorado nessa região. Ao projetarmos a implantação dos cursos de mestrado e doutorado em educação nas regiões Norte e no Nordeste, a partir da década de 1970, assim como sua consolidação em programas de PPG, nas seguintes décadas de 1980 e de 1990, acompanhando os Planos Nacionais de PPG, percebemos também um grande distanciamento temporal sobre os programas de PPG em EF, mais que uma década.

No âmbito da produção do conhecimento em EF, Duca *et al.* (2011) aponta que o surgimento de grupos de pesquisa em EF vinculados a um Programa de PPG em EF (PPPGEF) ocorre também no ano de 2008, compondo apenas 5,7% da representação no território brasileiro. Em comparação com as outras regiões, a região nordeste se apresenta como penúltima na situação temporal e representatividade territorial, no interstício de 2000-2008, conforme aponta a figura 2:

Figura 2 – Percentual de grupos de pesquisa nos cursos de EF, em geral (barras à direita) e com PPG *sctricto-sensu* (barras à esquerda) por macrorregião geográfica do Brasil (2011).

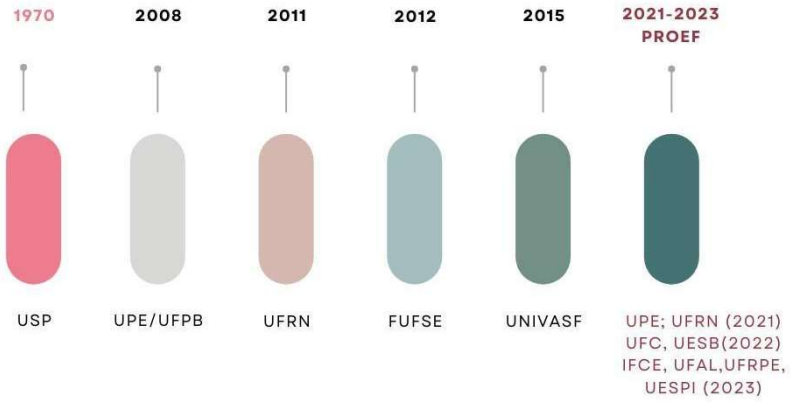


Fonte: Duca *et al* (2011)

Concordando com Duca *et al* (2011) é possível dizer que nos primeiros anos do século XXI em termos de Nordeste e do Ceará a PPG em EF se constituía embrionária, aludindo a uma fragilidade na formação e qualificação docente, provocando uma migração de docentes para outras regiões.

Essa realidade nos convida a refletir sobre a dinâmica social do estado do Ceará no que tange ao acesso à formação em PPG na área de EF, dado o seu (não) lugar na historicidade cuja fundação se consolida apenas em 2022, com a implementação do primeiro Mestrado Profissional em EF em Rede Nacional (ProEF) na UFC, tornando um marco temporal em 2022 (figura 3), seguido pelo IFCE.

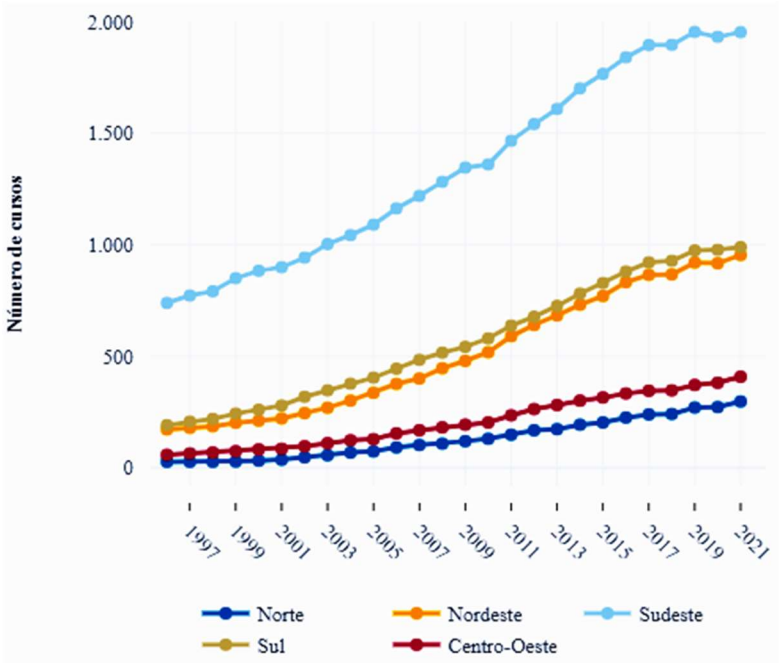
Figura 3 – Marco temporal da PPG em EF com centralidade na região Nordeste



Fonte: Elaboração própria

Desse modo, o ProEF, mais especificamente os polos da UFC e do IFCE, vem contribuir com a expansão ocorrida dos cursos de PPG na região Nordeste, acompanhando o crescimento de cursos de mestrado no período de 1997 a 2021 (Figura 4). Ademais, com grande relevância para a EF no Ceará.

Figura 4 – Número de cursos de Mestrado por Região, 1996-2021



Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996-2021).

Tal realidade situada na análise sobre a PPG no Brasil, encontra convergência com Gondra e Schueler (2008, p. 39) ao afirmarem que "[...] a construção do Brasil e dos brasileiros foi objeto de lutas e confrontos entre projetos políticos distintos e de tensões entre sonhos, caminhos possíveis e formas plurais da nação e da educação brasileira", isso reverberou distintamente em seus estados, principalmente nos das regiões do Norte e Nordeste, majoritariamente no Ceará, ao pensarmos na PPG em EF.

O PROEF NO CEARÁ: "NO PRESENTE, A MENTE, O CORPO É DIFERENTE. E O PASSADO É UMA ROUPA QUE NÃO NOS SERVE MAIS".

Ao solfejar "o passado é uma roupa que não nos serve mais"[5] passamos de uma análise retrospectiva da PPG em EF no Ceará para a leitura do presente com a implantação do ProEF tão desejado nesse estado dado o pioneirismo.

[5] Excerto da música Velha Roupa Colorida, do compositor Belchior, lançada em 1999.

O ProEF, é um Programa de PPG *stricto sensu* em EF, que traz como objetivo capacitar professores da rede pública de ensino, na área da EF, para o exercício da docência na Educação Básica, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no País, tendo como área de Concentração a EF Escolar. É reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (ProEF, 2023). No ano de 2024, passa a integrar o Programa de Mestrado Profissional para Professores da Educação Básica (ProEB).

É constituído por uma rede nacional de 24 IES no território brasileiro, sendo uma coordenadora e as demais associadas (figura 5). A coordenação do programa é localizada na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). (ProEF, 2023).

Figura 5 – IES no território brasileiro participantes do ProEF

Fonte: Elaboração própria

Nesta trajetória, o ProEF vem trazer uma contribuição importante na política de formação docente na EF em nível de PPG para região nordeste, especialmente no Ceará, tornando-se um programa precursor no estado. Amplia-se, portanto, esta formação inicialmente nos estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Cabe destacar que o edital ProEF/2021 que versa sobre a adesão de IES ao programa priorizou a ampliação de vagas para regiões Norte e Nordeste, compreendendo a lacuna existente.

Em 2022, novas IES do Nordeste foram incorporadas, dos estados do Ceará, da Bahia, Piauí e Alagoas. No Ceará, a UFC se coloca como instituição pioneira, seguida do IFCE, em 2023. O ProEF salta então para 8 polos no Nordeste, a saber: UPE, UFRN, UFC, UESB, UESPI, UFRPE, IFCE, UFAL.

Na UFC, o ProEF tem a aprovação por meio da Resolução n° 23 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) de 23 de novembro de 2021. No IFCE a implantação se dá pela Portaria n°1159/GAB/Reitoria de 23 de agosto de 2022 (Quadro 2).

Quadro 2 – Atos de autorização/implantação do ProEF no Ceará

Instituição de Ensino / Polo	Município	Início do curso	Autorização / Implantação
UFC	Fortaleza	Março de 2022 turma 1	Resolução n° 23 / CEPE
IFCE	Caucaia	Março de 2023 turma 1	Portaria n° 1159 / GAB / Reitoria

Fonte: Elaborado pelas autoras e autor

Em 2024, o quadro de docentes do ProEF/UFC é composto por 11 docentes: 5 professoras e 6 professores, sendo 7 docentes permanentes e 4 docentes colaboradores(as). No ProEF/IFCE a composição é de 7 docentes permanentes: 2 professoras e 5 professores (Quadro 3).

Quadro 3 – Caracterização de docentes do ProEF no Ceará

Quadro Docente			
Polo	**Feminino**	**Masculino**	**Total**
UFC	5 (4 permanentes; 1 colaboradora)	6 (3 permanentes; 3 colaboradores)	**18**
IFCE	2 (permanentes)	5 (permanentes)	
Total	**7**	**11**	

Fonte: Elaboração própria

No âmbito das matrículas do ProEF, no estado do Ceará (2022 a 2024), alcançamos em 2024 o total de 55 discentes, 32 na UFC e 23 no IFCE (Quadro 4). Na UFC, são 8 discentes do sexo feminino e 25 do sexo masculino. No IFCE, são 7 do sexo feminino e 16 do sexo masculino.

Quadro 4 – Caracterização de matrículas do ProEF no Ceará (2022 a 2024)

Matrículas do ProEF no Polo UFC			
Ano	**Total de matrículas**	**Feminino**	**Masculino**
2022	14	6	8
2023	4	1	3
2024	15	1	14
Total	**33**	**8**	**25**
Matrículas do ProEF no Polo IFCE			
2023	8	2	6
2024	15	5	10
Total	**23**	**7**	**16**
Matrículas do ProEF nos dois Polos: UFC e IFCE			
Total geral	**56**	**15**	**41**

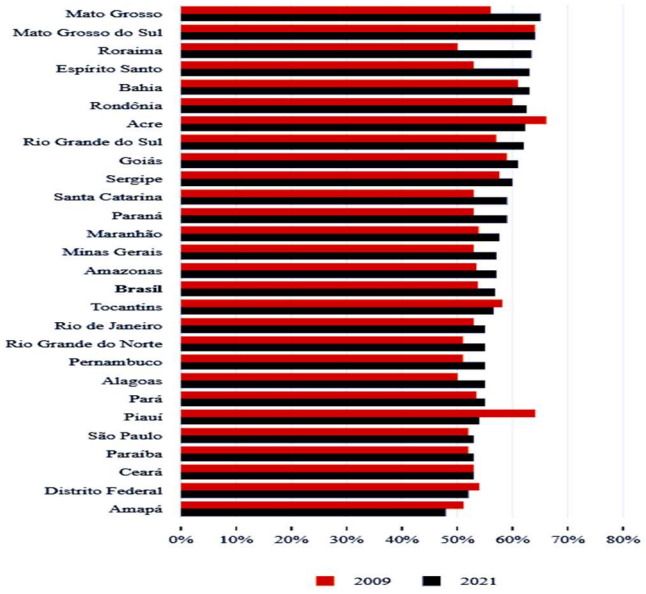
Fonte: Elaboração própria

Notadamente, pudemos constatar no cenário do ProEF no Ceará a predominância do sexo masculino tanto na comunidade docente quanto na comunidade discente. No polo da UFC a representação feminina na docência corresponde a 45,45%; e na discência 25%. No polo do IFCE corresponde a 29% na docência; e na discência 30,43%. No total geral docente, somando os dois polos a representação é de 38, 89% e a discência representa 27,27% no total.

Este cenário carece de maior reflexividade uma vez que apresenta uma inflexão com o diagnóstico da pesquisa "Brasil: Mestres e Doutores", divulgada pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2024) que aponta as mulheres como as pessoas que mais se formam na PPG no Brasil: em 2021, corresponderam a 56,8% dos títulos de mestrado e a 55,6% dos títulos de doutorado, ao mesmo tempo em que possuem menores remuneração quando comparadas a homens com a mesma titulação.

Ao aumentarmos a lupa para o alcance de mulheres aos títulos de mestrado nas unidades federativas (Figura 6) vemos que o Ceará aponta um declínio em análise comparativa dos anos 2009 e 2021 tendo respectivamente, 53,5% e 53% nos referidos anos. Os estados que tiveram as mais elevadas participações de mulheres entre os titulados no mestrado no ano de 2021 foram Mato Grosso (65,0%), Mato Grosso do Sul (64,4%) e Roraima (63,4%). (CGEE, 2024).

Figura 6 – Proporção de mulheres entre os titulados por unidade da Federação e no Brasil, 2009 e 2021 (%)



Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996-2021).

No que tange a produção de pesquisas, inventariamos o total de 47 dissertações defendidas no ProEF na região do Nordeste até o ano 2023, 16 no polo da UPE e 31 no polo da UFRN. No Ceará, tivemos 9 dissertações defendidas na turma 1 do polo da UFC até maio de 2024 (Quadro 5).

Quadro 5 – Dissertações defendidas no PROEF UFC até maio de 2024 (turma 1)

Autor(a)	Título
Ana Carla Araújo de Lima Oliveira	Jogos internos no ensino médio: os desafios de uma produção com estudantes de uma escola regular de Fortaleza/CE.
Emanuel Wescley Sousa dos Santos	O planejamento participativo como possibilidade de uma EF escolar mais democrática.
Jorlany Pereira da Silva	Autoestudo relacionado à justiça social nas aulas de EF: explorando a técnica de incidentes críticos.
Juliana Maria de Andrade Soares	A implementação do currículo de EF da cidade de Teresina na prática pedagógica.
Luis Fernando Muniz Gomes	Planejamento participativo como alternativa para aprimorar o ensino e o aprendizado nas aulas de EF no ensino médio.
Manoela de Castro Marques Ribeiro	Práticas Corporais de aventura no ensino médio: implicações à justiça social nas aulas de EF.
Samantha Lopes Gouveia	Saberes compartilhados: rodas de conversa e dialogicidade na EF escolar.
Tarcizo Alves de Sales Neto	O círculo de cultura, os temas geradores e o planejamento participativo: possibilidades freireanas para a educação de jovens e adultos (EJA) com a EF escolar
Ytalo Silva Lemos	O futebol como instrumento para combater o racismo em aulas de EF.

Fonte: Elaboração própria

No IFCE as defesas só ocorrerão em 2025, conforme ingresso em 2023 da primeira turma.

ASSUNÇÕES NECESSÁRIAS DO PROGRAMA NA PERSPECTIVA DA JUSTIÇA SOCIAL NO CEARÁ: "UM PRETO, UM POBRE. UMA ESTUDANTE, UMA MULHER SOZINHA".

"Um preto, um pobre. Uma estudante, uma mulher sozinha",[6] nos convida a pensar sobre as assunções necessárias para o avanço e a efetiva institucionalização do ProEF na perspectiva da justiça social no Ceará.

Não é mais possível pensarmos em pesquisas educacionais que coadunem com um projeto neoliberal que extraviam a formação crítica, operando-se sobre a lógica de uma educação bancária, da militarização dos corpos e da racionalidade instrumental, a exemplo das propostas de reforma do ensino médio e da militarização das escolas nas diferentes esferas, em curso no país.

Assim, é preciso fazer valer que a formação de professores(as)-pesquisadores(as) no ProEF no Ceará esteja a dialogar em análise histórica, política, geográfica, social, com as idiossincrasias, contradições, dualismos: entre as dunas brancas e caatinga; entre o Maracatu e Pe. Cícero; entre os coronéis e as sinhás; entre o baião de dois e o camarão internacional, entre as escolas indígenas e as escolas de sistema SAS, entre a peteca e o *beach tennis*, a fim de reconhecer qual território, política, fome, religião, sistema, cultura estamos falando, e por assim dizer, de qual educação e EF escolar estamos pensando, e para quem.

Dito isto, o ProEF precisa militar para uma EF transgressora que tenha como premissa a formação de professores(as) em defesa de um projeto de sociedade de libertação dos corpos oprimidos, contrária a projetos conservadores que não traduzem a relação com a justiça social e a dignidade humana.

Destarte, conforme estudo de Barreto, Maldonado e Casagrande (2023) uma parcela pequena das pesquisas produzidas neste programa no ano de 2021, compondo o total de 158 dissertações inventariadas, problematiza os marcadores socioculturais que atravessam as práticas corporais, compondo apenas 11, 39% da amostra pesquisada. Ou seja, 18 dissertações no total. Ao aumentar a lupa para essas produções específicas, observaram que 6,96% discutem as questões de gênero, 3,16% às situações de ensino inclusivas e 1,27% às relações étnico-raciais.

Em revisita analítica a esta produção com corte geográfico para o Nordeste, identificamos que destas dissertações apenas 2 dissertações estão situadas no Nordeste (Quadro 6) cujo objeto temático está relacionado ao marcador gênero e sexualidade.

[6] Excerto da música Alucinação, do compositor Belchior, lançada em 1976.

Quadro 6 – Produções do PROEF na região nordeste
em evidência dos marcadores socioculturais

Marcadores Socioculturais	Instituição	Dissertações	Autor(a)	Título
Relações de Gênero e sexualidade	UFRN	1	Marcos Leiva da Silva Nery	Fazendo história e vencendo preconceitos: uma experiência na escola pública com futsal para meninas.
	UPE	1	Leylane Pereira de Andrade	Intervenções pedagógicas na temática de gênero: uma análise das aprendizagens nas aulas de EF.

Fonte: Adaptado de Barreto, Maldonado e Casagrande (2023)

Ainda que não pretendamos nesse estudo seguir com a análise em conformidade com a pesquisa de Barreto, Maldonado e Resende (2023), podemos notar (Quadro 5) que os objetos temáticos das dissertações defendidas no ProEF UFC trazem discussões sobre a justiça social, currículo no ensino médio, planejamento participativo, e a educação antirracista; e que tomam como aporte teórico Paulo Freire. Tais evidências apontam para uma racionalidade pedagógica na formação docente e na EF escolar substanciadas pela reflexividade sobre a justiça social.

Destacamos que em atenção à justiça social que os dois polos do ProEF no Ceará possuem normativas para a PPG, através de instrumentos reguladores próprios, o que tange às ações afirmativas, condição também fortalecida nos editais de seleção regidos pela coordenação nacional do programa.

Na UFC a resolução nº 10/CEPE, de 11 de julho de 2023 aprova a política de ações afirmativas nos cursos de PPG *stricto sensu*, dispondo no artigo 2º que ficam reservadas aos negros (pretos e pardos), indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência até 50% (cinquenta por cento) do total de vagas oferecidas nos processos seletivos dos cursos dos programas de PPG *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

No IFCE a resolução nº 32 do CONSUP, de 4 de dezembro de 2020, aprova a política de ações afirmativas para os cursos de PPG *stricto sensu* e *lato sensu* do IFCE, dispondo no artigo 5º que em cada edital de processo seletivo para discentes dos cursos de PPG do IFCE, fica reservado o mínimo de 20% das vagas disponíveis, em qualquer caso, para candidatos autodeclarados (pretos e pardos) e indígenas; e no artigo 6º em cada edital de processo seletivo para discentes dos cursos de PPG do IFCE, fica reservado o mínimo de 10% das vagas disponíveis, em qualquer caso para candidatos com deficiência em que se tem bancas de heteroidentificação constituídas. Nesta natureza já tivemos o ingresso de 15 discentes no ProEF nos polos do Ceará por ações afirmativas (quadro 7), sendo 9 na UFC e 6 no IFCE. Na UFC, em 2022 ingressaram 2 discentes PPI e 1 discente PCD; em 2023 ingressou 1 discente PPI

e 1 discente PCD; e em 2024 ingressaram 3 discentes PPI e 1 discente PCD. No UFC, a partir do ano de oferta da primeira turma em 2023 ingressaram 2 discentes PPI e 1 discente; e em 2024 ingressaram 3 discentes PPI e não houve candidato(a) inscrito(a) PCD.

Quadro 7 – Ingresso por ações afirmativas nos polos da UFC e IFCE (2022-2024)

Ingresso por ações afirmativas nos polos da UFC e IFCE			
Polo	**2022**	**2023**	**2024**
UFC	2 PPI 1 PCD	1 PPI 1 PCD	3 PPI 1 PCD
IFCE	–	2 PPI 1 PCD	3 PPI
Total	3	5	**7**

Fonte: Elaboração própria

Enfatizamos, portanto, que o programa e currículo precisa sustentar e tornar mais visíveis as relações teórica-epistemológicas de base crítica em atenção à justiça social. Não podemos pôr em relevo uma lógica instrumental e com viés mais prático das ações curriculares seguindo a racionalidade técnica (Schön, 1983), com uma certa tradição em mestrados profissionais. Isto passa pela diferenciação de uma epistemologia da prática para uma epistemologia da práxis. A práxis fundamentada em Paulo Freire (1979), entendida como a capacidade do ser humano atuar e refletir (ação e reflexão), de modo a transformar a realidade, de forma partilhada.

Na esteira do pensamento freireano, temos que buscar que o ProEF se consolide na agenda das políticas públicas educacionais e como um PPG em rede que promova ressignificações e rupturas epistemológicas e metodológicas nas lógicas de conceber a pesquisa em contextos da educação básica. A complexidade do trabalho docente com o ensino da EF reverbera nos desafios cotidianos das escolas, bem como nos processos (auto)formativos que desejam e caminham em direção da colaboração intencionalmente declarada nas assunções das práxis educativas.

Assim, precisamos estar vigilantes para que os(as) professores(as)-pesquisadores(as) que ingressam em um programa de PPG com as características do ProEF não estejam a produzirem pesquisas em movimento desta racionalidade instrumental cujas resoluções dos problemas do cotidiano escolar operam-se, muitas vezes, na lógica do reprodutivismo sem a necessária leitura de mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a disposição cartográfica apresentada, colocamos em evidência a necessidade de nos comprometermos com a justiça social no estado cuja relação de ensino e pesquisa no ProEF no Ceará. Precisamos reiterar ideias pedagógicas com engajamento em comunidades científicas de saberes que avancem em uma mudança educativa fundamentada mais fortemente pela dimensão humana e política, em atenção a tantos corpos marginalizados na sociedade que se encontram nas relações de poder com os saberes da formação docente e práxis educativa da EF em atos de transgressão, fazendo-nos lembrar de alguns corpos femininos representativos, a exemplo da Raimundinha Tremembé (primeira educadora indígena cearense) e Preta Simoa (cearense abolicionista protagonista da greve dos jangadeiros), duas mulheres transgressoras na luta social no estado, em atenção ao apagamento de gênero, marcador sociocultural evidenciado fortemente neste estudo.

Assim damos sentido ao curso da nossa história educativa no estado, traduzindo também biografias/narrativas insurgentes e os biomas periféricos, recrudescendo às nossas militâncias como afirmação de corpos conscientes na e pela formação continuada de professores(as)-pesquisadores(as) de EF escolar no Ceará pela PPG no ProEF.

REFERÊNCIAS

BARRETO, S. M.; MALDONADO, D. T.; CASAGRANDE, F. G. R. **A (in)visibilidade do pensamento decolonial nas dissertações do programa de mestrado profissional em EF em rede nacional.** In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 16., 2023, Fortaleza. Anais eletrônicos... Disponível em: https://www.cbce.org.br/evento/upload/620/VF-620-125703.pdf< Acesso em: 3 jun. 2024.

BODIÃO, I. DA S. Reflexões sobre as Ações da Sociedade Civil na Construção do PNE 2014/2024. **Educação & Realidade**, v. 41, n. 2, p. 335-358, abr. 2016.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS Estratégicos – CGEE. **Brasil: mestres e doutores 2024.** Brasília, DF. Disponível em: https://mestresdoutores2024.cgee.org.br .

DIÓGENES, E. M. N.; SILVA, R. da. Políticas públicas de educação no Brasil: epistemologias. **Brazil Journal of Developmen**t, Curitiba, v. 6, n. 5, p. 27912-27929, may. 2020. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/10107/8459. Acesso em: 15 jun. 2024.

DUCA, G. F. D. *et al.* Grupos de pesquisa em cursos de EF com PPG "stricto sensu" no Brasil: análise temporal de 2000 a 2008. **Revista Brasileira de EF e Esporte**, v. 25, n. 4, p. 607-617, out. 2011.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** Tradução de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez, 1979.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008. 320 p.

LEITÃO, E. M. D. **O plano de desenvolvimento da escola em foco: uma análise da educação no**

Ceará em tempos de ajustes neoliberais. Dissertação de Mestrado. Biblioteca Central da Universidade Federal do Ceará, abril de 2005.

NASPOLINI, A. A reforma da educação básica no Ceará. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 42, p. 169-186, maio 2001.

LIMA, P. R. **A história da EF no município de Icó-CE: (re)constituição da prática docente nas escolas (1946-1983).** 2019. 205 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2019) – Universidade Estadual do Ceará, 2019. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalho AcademicoPublico.jsf?id=88598> Acesso em: 14 de junho de 2024.

PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EF EM REDE NACIONAL – ProEF. **Projeto Político-Pedagógico. [recurso eletrônico] /** [Organização : Denise Ivana de Paula Albuquerque, Maria Candida Soares Del-Masso, Ana Rita Lorenzini, Admir Soares de Almeida Júnior, Antonio Carlos Monteiro de Miranda, Evando Carlos Moreira e Glauco Nunes Souto Ramos] 2. ed. atualizada, ampliada – [São Paulo, 2023]. 64 p.

ROCHA, A. M. **EF Escolar: história da inserção e consolidação na capital cearense.** 2008. 172 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental, transformações contemporâneas do desejo.** São Paulo: Estação Liberdade, 2014.

SCHÖN, D. **The reflective practitioner**. New York: Basic Books, 1983.

SOUZA, S. T. B. **História da EF no ensino superior no Ceará (de 1965 a 1976): implicações dessa trajetória.** 2022. 161 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2022) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademico Publico.jsf?id=106545> Acesso em: 3 de junho de 2024.

VIEIRA, S. L.; PLANK, D. N.; VIDAL, E. M. Política Educacional no Ceará: processos estratégicos. **Educação & Realidade**, *[S. l.]*, v. 44, n. 4, 2019. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacao erealidade/article/view/87353. Acesso em: 11 jun. 2024.